

INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TEC. GOIANO

Edital 13/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
13/2026	158124-INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TEC. GOIANO	MIRIAN RODRIGUES SILVA VASCONCELOS	15/06/2026 08:49 (v 0.6)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23221.000272.2026-58

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90020/2026

CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

158124

OBJETO

Aquisição de gêneros alimentícios para o Instituto Federal Goiano

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 2.045.202,79 (Dois milhões, quarenta e cinco mil, duzentos e dois reais e setenta e nove centavos.)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 26/06/2026 às 08:00h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

menor preço por item e por grupos de itens

Modo de disputa:

aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

Sim

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

Não

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026.

(Processo Administrativo nº23221.000272.2026-58)

Torna-se público que o(a) **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Morrinhos**, por meio do(a) da Unidade de Compras e Licitações, sediado(a) BR 153 KM 643 bairro ZONA RURAL, na cidade de Morrinhos/GO , CEP 75650-000, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **aquisição de Gêneros Alimentícios para o Instituto Federal Goiano**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em item(s) e grupo(s), sendo este(s) último(s) formado(s) por dois ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência:

1.2.1. relativamente ao(s) item(s) isolado(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse;

1.2.2. relativamente ao(s) grupo(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para os itens e grupos com valores até 80.000,00, sendo **item 108, item 110, grupo 5, grupo 6, grupo 7 e grupo 8**, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.[A2]

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021[A3], para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.9.11. *pessoas físicas.*

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.4 e 3.10.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.10.4 e 3.10.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. *O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.*

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.6.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.[A3]

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021[A4] .

5.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10[A5] sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.14.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.14.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.15.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.15.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. *Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;*

6.1.2. *Marca;*

6.1.3. *Fabricante;*

6.1.4. *Valor unitário do item, expresso em Reais (R\$);*

6.1.5. *Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo estipulado no Termo de Referência.*

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos

de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de 0,50% (meio por cento)**.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.[A4]

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.22.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.22.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.22.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.23.1. *empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;*

7.23.2. empresas brasileiras;

7.23.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.23.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.25.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.25.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.25.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.25.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.25.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.25.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.1.5. Consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) - Fator impeditivo para formalização da contratação, conforme artigo 6º da Lei nº 10.522/2002.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.[A2]

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.11.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra[A5] , o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% a 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES /ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas para:

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 2 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 2 dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 2 dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 2 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CadIn e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1.A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 2 (*dois*) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, exclusivamente pelo email licitacao.mhos@ifgoiano.edu.br.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://ifgoiano.edu.br/home/index.php/licit.html>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I – Termo de Referência;

16.11.1.1. Anexo I do TR – Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Minuta do Empenho);

16.11.1.2. Anexo II do TR – Termo de Ciência e Concordância;

16.11.1.3. Anexo III do TR – Declaração para empresas inscritas no CADIN;

16.11.1.4. Apêndice I do TR – Tabela de Itens e Valores de Referência (Planilha Estimada);

16.11.1.5. Apêndice II do TR – Modelo de Carta Proposta;

16.11.2. ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar (ETP);

16.11.3. ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços.

Morrinhos, 15 de junho de 2026

[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]

*Documento assinado mediante **Termo de aprovação e declaração** incluso nos autos do processo 23221.000272.2026 - 58 - (Termo nº 19/2026 - UCL-MO/CPOAF/CMPM/DAP-MO/CMPMHOS/IFGOIANO)*

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CICERO JOSE DA SILVA

Autoridade competente

INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TEC. GOIANO

Termo de Referência 57/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
57/2026	158124-INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TEC. GOIANO	MIRIAN RODRIGUES SILVA VASCONCELOS	15/06/2026 08:16 (v 0.9)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23221.000272.2026-58

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 23221.000272.2026-58)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **Gêneros Alimentícios** nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1 *As Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s), encontram-se nos anexos deste termo de Referência.*

1.2. *Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.*

1.3. *O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.*

1.4. *O prazo de vigência da contratação é de **01 ano** contados do(a) **emissão da nota de empenho**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a*

seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 347/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 29/12/2025;
- III) Id do item no PCA: 10651417000178-0-000001/2025;
- IV) Classe/Grupo: ALIMENTOS ESPECIAIS E PREPARADOS ALIMENTÍCIOS;
- V) Identificador da Futura Contratação: 158124-193/2026;

·

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. *Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:*

4.1.1. Os alimentos deverão ser fornecidos em suas embalagens originais de fábrica, limpas e íntegras, utilizando materiais que garantam a proteção higiênico-sanitária regulamentada pela ANVISA.

4.1.2. Logística Reversa de Contentores: Caixas plásticas vazias, paletes reutilizáveis ou caixas de papelão estruturais utilizadas para o transporte e descarregamento das mercadorias nos depósitos do Campus deverão ser recolhidos pela Contratada após a conferência e entrega, restando sob sua responsabilidade a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos gerados pelo desempacotamento logístico, sem ônus para o IF Goiano.

4.1.3. Os produtos de origem animal deverão provir de estabelecimentos regularmente registrados perante os órgãos de inspeção competentes (SIF, SIE ou SIM).

Indicação de marcas ou modelos

4.2. *Na presente contratação será admitida a indicação de similaridade de marcas, características ou modelos de acordo com a descrição completa dos itens na tabela em Apêndice deste Termo de Referência. Ressalta-se que em atendimento ao Art. 41, inciso I, alínea d da Lei 14.133/2021, não há intenção de restringir o caráter competitivo da licitação, mas, sim estabelecer padrão mínimo de qualidade do objeto a ser adquirido.*

Da exigência de amostra

4.3. *Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.*

4.4. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

- 4.4.1. Item 14 - 5 kg de arroz integral;**
- 4.4.2. Item 15 - 10 kg de arroz parboilizado;**
- 4.4.3. Item 16 - 15 kg de arroz polido;**
- 4.4.4. Item 31, 110 e 108 - 1 kg de café;**
- 4.4.5. Dos itens 68 ao 73 - 1 kg de todos os tipos de Macarrão convencional e integral;**
- 4.4.6. Dos itens 95 ao 99 - 3 Garrafas de cada sabor de suco.**

4.5. As amostras poderão ser entregues no endereço: Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos, BR 153 Km 633 - Morrinhos GO - CEP 75658-899, no prazo limite de 5 (cinco) dias, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.6. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.7. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.8. A análise das amostras será realizada pela equipe de avaliação sensorial do IF Goiano através do teste dentro-fora recomendado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que pode ser verificado no Manual para aplicação dos testes de aceitabilidade no PNAE (<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-ainformacao/acoes-e-programas/programas/pnae/manuais-e-cartilhas/manual-para-aplicacao-dos-testes-de-aceitabilidade-no-pnae>). Assim, será verificado se os produtos ofertados atendem às especificações mínimas e o padrão de qualidade definidos pela Anvisa e no termo de referência, edital e seus anexos. O produto será aprovado/adquirido caso 85% dos participantes avaliem o produto como “dentro” no teste “dentro fora”. Caso o produto esteja “fora” será convocado o 2º colocado.

4.9. Após relatório emitido pela equipe de avaliação sensorial do IF Goiano através do teste dentro-fora recomendado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a comissão de licitação retomará a sessão eletrônica dos itens amostrados.

4.10. Do procedimento de solicitação, análise das amostras e resultado caberá recurso no prazo de 03(três) dias a contar da solicitação da amostra e do resultado produzido pela equipe de avaliação sensorial. A comissão responderá os recursos no mesmo prazo.

4.11. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.12. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.13. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.14. As amostras aprovadas permanecerão em poder do IF Goiano Campus Morrinhos até a entrega definitiva do objeto licitado, com vistas à avaliação da conformidade entre a amostra aprovada e o material efetivamente entregue.

4.15. As amostras fornecidas serão passíveis de destruição parcial ou total e não serão devolvidas, tampouco subtraídas do quantitativo total do objeto quando da entrega. O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de folders, prospectos e outros materiais de divulgação que facilitem a análise dos produtos ofertados, antes mesmo da apresentação de eventual amostra.

4.16. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Subcontratação

4.17. **Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.**

Garantia da contratação

4.18. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.19. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se as seguintes regras:

4.19.1. Para os **itens individuais e grupos** com valores de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a participação é exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP), em conformidade com o art. 48, inciso I, da referida Lei Complementar.

4.19.2. Para os **grupos** com valores estimados superiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), **não será aplicada a cota reservada de até 25% prevista** no art. 48, inciso III, da LC nº 123/2006. A não concessão da cota justifica-se com fulcro no art. 49, inciso III, do mesmo diploma legal, uma vez que o fracionamento em cotas desses lotes de grande vulto comprometeria a economia de escala e a eficiência do agrupamento, conforme detalhadamente fundamentado nos Estudos Técnicos Preliminares (ETP).

4.19.3. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.19.4. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.19.5. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O fornecedor terá o prazo de 20 (vinte) dias após o recebimento da nota de empenho, para a entrega dos produtos requisitados pelos campi participantes do certame, conforme endereço constante no Termo de Referência.

5.2. A entrega deverá ocorrer em horários e dias previamente combinados com os servidores das Unidades responsáveis de cada Campi do IF Goiano.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com, pelo menos, 03 (três) dias de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

- 5.4. No rótulo do produto deverá constar: conteúdo qualitativo e quantitativo; marca, procedência de fabricação, assim como o número do lote e data de fabricação; prazo de validade e demais dados que constem no Código de Defesa do Consumidor.
- 5.5. O prazo de validade do produto na data da entrega não poderá ser inferior a 2/3 (dois terços) do prazo total constante do rótulo do fabricante.
- 5.6. Os produtos serão recebidos provisoriamente, no ato da entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da aquisição, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta do fornecedor.
- 5.7. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.8. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 5.9. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 5.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 5.11. Todas as despesas de envio, transporte, carga, descarga e outras para efetiva entrega dos produtos, correrão por conta da licitante adjudicada.
- 5.12. Na ocorrência de rejeição do recebimento, a Contratada ficará obrigada a substituir os produtos ou acrescentar os produtos faltantes. No ato de entrega será observado, para os materiais que assim o exijam, o devido registro no órgão competente bem como adequação técnica, as normas estabelecidas pela ANVISA, no que couber.
- 5.13. Caso os produtos entregues não correspondam ao exigido no Termo de Referência e não apresentem as especificações técnicas exigidas, a licitante vencedora será notificada para adequação, sem prejuízo da incidência das sanções previstas na Lei 14.133/2021 e na legislação pertinente.
- 5.14. *Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços*

PARTICIPANTE	ENDEREÇO
INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS CERES	Rodovia GO-154, Km 03, s/nº, Caixa Postal 51, Ceres - GO, CEP: 76.300-000 - Brasil
INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS AVANÇADO DE CRISTALINA	Rua Araguaia, SN, Loteamento 71, Setor Oeste, Cristalina-GO, CEP: 73.850-000 - Brasil
INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS AVANÇADO DE HIDROLÂNDIA	Estrada São Braz, Km 04, Zona Rural Hidrolândia - GO CEP: 75.340-000 - Brasil
INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS IPORÁ	Av. Oeste, nº 350, Parque União, Iporá – GO, CEP 76200-000 - Brasil
INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS MORRINHOS	BR-153, Km 633, Zona Rural, CEP 75650-000, Morrinhos-GO - Brasil
INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS POSSE	GO-453, Km 2,5, Fazenda Vereda do Canto, Distrito Agroindustrial, CEP 73900-000, Posse-GO - Brasil
INSTITUTO FEDERAL GOIANO - REITORIA	Rua 88, nº 310, Setor Sul, Goiânia - GO - CEP 74085-010 - Brasil

INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS RIO VERDE	Rodovia Sul Goiana, Km 01, Zona Rural, CEP 75901-970, Rio Verde- GO, Brasil.
INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS TRINDADE	Av. Wilton Monteiro da Rocha, S/nº Setor Cristina II Trindade-GO CEP: 75.389-269 - Brasil
INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS URUTAÍ	Rodovia Geraldo Silva Nascimento, Km 2,5, Zona Rural, Urutaí-GO, CEP: 75.790-000 - Brasil

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.15. *O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.9. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal

técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,33% (trinta e três centésimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.*

7.2.4.2. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.3. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.4. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.5. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.6. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.*

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

- 7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10(dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.
- 8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

- 8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 14/05/2026 (DD/MM/AAAA).

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.30.1. A escolha do IPCA como índice de reajuste baseia-se na sua abrangência nacional e reconhecida representatividade, estando compreendidos em seus cálculos a variação de preços de itens de gêneros alimentícios que compõem a cesta de consumo dos brasileiros. Sua estabilidade e transparência proporcionam previsibilidade para fornecedores e compradores, garantindo equidade nas negociações. Além disso, o IPCA é um índice oficial, amplamente aceito e de fácil acesso, promovendo maior segurança e clareza nas transações comerciais.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO POR ITEM E POR GRUPO DE ITENS*.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado, ocorrendo de forma integral em uma única remessa para cada Nota de Empenho emitida e recebida, de acordo com as necessidades e cronogramas de cada campus participante.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. *Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será: o valor unitário máximo fixado na tabela de itens e preços estimados constante do Anexo deste Termo de Referência para cada item individualmente considerado, sendo desclassificada a proposta global do grupo que apresentar qualquer item com valor unitário superior ao limite estimado pela Administração, ainda que o valor total global do grupo seja inferior ao teto estabelecido.*

9.3.1 *Valores unitários: conforme tabela constante em anexo a este Termo de Referência.*

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. *Ato de autorização para o exercício da atividade de comercialização, armazenamento e/ou transporte de gêneros alimentícios, expedido por órgão de Vigilância Sanitária Competente (Municipal ou Estadual) nos termos do art.10, inciso IV, da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.*

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A8]

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A9]

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos dois últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.26. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *p* *atrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.*(Grupo/Lote) em que a empresa sagrar-se vencedora.

9.27. *Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;*

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.32. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso. São admitidas quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados (art. 67, § 2º, da Lei nº 14.133/2021).

9.32.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.32.1.1. Comprovação de experiência prévia no fornecimento de gêneros alimentícios em geral, admitindo-se alimentos perecíveis, não perecíveis, estocáveis, congelados ou resfriados;

9.32.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.32.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.32.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.33. Prova de atendimento aos requisitos técnicos e de sustentabilidade

9.33.1. Para os Itens de Origem Animal, sendo **item 43 - creme de leite, item 74 - manteiga, item 83 - leite condensado, item 104 - leite em pó, itens 105 e 106 - leite fluído, item 17 - atum em conserva, item 90 - sardinha em conserva**. O licitante classificado em primeiro lugar deverá indicar, em sua proposta a marca do produto e o número do registro ativo do estabelecimento fabricante perante o órgão de inspeção oficial competente (SIF, SIE, SIM ou SISBI/SUASA), em atendimento à Lei nº 1.283/1950 e ao Decreto nº 9.013/2017.

9.33.2. Para os Itens de **Café, itens 31, 110 e 108** (Tradicional e Superior): o licitante classificado em primeiro lugar deverá indicar em sua proposta a marca do produto e apresentar certificação/selo de pureza e qualidade ativo (como o selo ABIC ou equivalente por meio de laudo de análise emitido por laboratório credenciado que ateste a conformidade do produto), atendendo às normas vigentes da ANVISA e do MAPA.

9.33.3. Declaração de Logística Reversa: Declaração formal emitida pelo licitante comprometendo-se a realizar o recolhimento e a destinação final ambientalmente correta de todas as embalagens estruturais, caixas de transporte e paletes utilizados nas entregas parceladas junto aos campi do IF Goiano.

9.33.4. O licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar a Ficha técnica do item contendo especificação e tabela nutricional do produto ofertado juntamente com a proposta do item, para fins de validação e verificação da área técnica.

9.33.5. O licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar, na fase de habilitação, o Alvará de Licença Sanitária vigente, expedido pela autoridade de vigilância sanitária competente (municipal ou

estadual), comprovando que o seu estabelecimento atende às normas vigentes de higiene, comercialização, armazenamento e/ou transporte de alimentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.34. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.35. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.39 *Empresas inscritas no CADIN, devem apresentar juntamente com a documentação de habilitação, o Termo de Compromisso para empresas inscritas no CADIN, anexo a este Termo de Referência.*

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. *O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 2.045.202,79 (Dois milhões, quarenta e cinco mil, duzentos e dois reais e setenta e nove centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida em anexo**.*

10.2. *Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:*

10.2.1. *em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;*

10.2.2. *em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;*

10.2.3. *serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou*

10.2.4. *poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.*

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.*

11.2 *A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.*

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilas-

Morrinhos, 15 de junho de 2025

Assinatura dos responsáveis

Documento assinado mediante **Termo de aprovação e declaração** incluso nos autos do processo 23221.000272.2026 - 58 - (Termo nº 19/2026 - UCL-MO/CPOAF/CMPM/DAP-MO/CMPMHOS/IFGOIANO)

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 02 (dois) dias úteis*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital* no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. ***O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo***

105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de *30 dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A4]

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 dias prorrogáveis conforme necessidade da administração.

3.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.2. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]

4.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e

qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.6.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.6.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.6.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.6.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.8. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.9. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.10. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. *A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

5.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.*

5.3. *Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:*

5.3.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

5.3.2. *poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos **omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.**

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital* no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. ANEXO III

TERMO DE COMPROMISSO PARA EMPRESAS INSCRITAS NO CADIN

Declaro que a empresa xxxxxxxx, CNPJ xxxxxxxx, está ciente de sua inscrição no CADIN e se COMPROMETE a regularizar a situação no CADIN antes da emissão da nota de empenho, estando ciente que a regularização é condição obrigatória para a formalização da contratação.

RESPONSÁVEL PELA EMPRESA:

TELEFONE DE CONTATO:

E-MAIL:

_____ de _____ de 202__.

Assinatura e carimbo (representante legal da empresa)

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MIRIAN RODRIGUES SILVA VASCONCELOS

Equipe de apoio

PAULA MEDEIROS COSTA

Membro da comissão de contratação

ANDRE LUIZ DOS SANTOS GONCALVES

Membro da comissão de contratação

AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS 2026						QUANTIDADE POR PARTICIPANTE											
ITENS																	
Grupo	Item	Código do item	Descrição completa do objeto	Unidade	Valor Unitário	MIHOS	CE	CRIS	REI	HID	IPR	RV	POS	TRI	URT	Qtd Total por Item	Valor Total Por Item
GRUPO 01 - Cereais, grãos e afins	14	458906	ARROZ INTEGRAL - ARROZ BENEFICIADO, CLASSE LONGO FINO, TIPO INTEGRAL,REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA),EMBALADO EM POLIPROPILENO, ATÓXICO, TRANSPARENTE, RESISTENTE, ÍNTEGRO, DE NO MÍNIMO 5 KG, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “CRISTAL”, SENDO ESSA REFERENCIADA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 150 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	PACOTE 5,00 KG	RS 34,13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	333	333	RS 11.365,29
	15	458907	ARROZ PARBOILIZADO - ARROZ GRUPO BENEFICIADO SUBGRUPO PARBOILIZADO, CLASE LONGO FINO TIPO 1, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA), EMBALADO EM POLIPROPILENO, ATÓXICO, TRANSPARENTE, RESISTENTE, ÍNTEGRO, EMBALAGEM DE 5 KG, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU MELHOR DO QUE AS MARCAS “TIO JOÃO” E “CRISTAL”. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 150 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	PACOTE 5,00 KG	RS 33,26	0	200	0	0	0	0	0	0	0	4	204	RS 6.785,04
	16	458904	ARROZ POLIDO - ARROZ TIPO 1, TIPO CLASSE LONGO FINO, TIPO SUB GRUPO POLIDO, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA), EMBALADO EM POLIPROPILENO, ATÓXICO, TRANSPARENTE, RESISTENTE, ÍNTEGRO, EMBALAGEM DE 5 KG COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS “CRISTAL” E “TIO JOÃO”, SENDO ESSAS REFERENCIADAS COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 150 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	PACOTE 5,00 KG	RS 29,48	3.000	2.800	0	0	0	0	0	3	0	3.506	9.309	RS 274.429,32
	22	463707	BATATA PALHA PRONTA PARA CONSUMO EM EMBALAGEM METALIZADA, LIVRE DE GORDURA TRANS, EMBALAGEM DE 400G, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “YOKI” OU “ELMA CHIPS”, SENDO ESSAS REFERENCIADAS COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 120 DIAS APÓS ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	PACOTE 400,00 G	RS 31,13	1.200	100	0	10	0	0	0	0	0	800	2.110	RS 65.684,30
	33	279262	CANJICA, GRUPO MISTURADA, SUBGRUPO DESPELICULADA, CLASSE AMARELA, TIPO 1, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “SINHÁ” OU “YOKI”, SENDO ESSAS REFERENCIADAS COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 180 DIAS APÓS ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	SACO 500,00 G	RS 11,72	60	40	30	10	0	0	0	5	0	105	250	RS 2.930,00
	55	458920	FARINHA DE MANDIOCA, PURA, APRESENTAÇÃO TORRADA, SECA, FINA, CLASSE BRANCA, TIPO 1, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM ÍNTEGRA DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE OU METALIZADA ORIGINAL DE FÁBRICA COM 1 KG, REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA/ANVISA, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILARES OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “YOKI” OU “PAULISTA”, SENDO ESSAS REFERENCIADAS COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	PACOTE 1 KG	RS 12,88	0	0	0	0	0	0	0	0	0	804	804	RS 10.355,52
	56	458921	FARINHA DE MANDIOCA, PURA, APRESENTAÇÃO TORRADA, SECA, FINA, CLASSE AMARELA, TIPO 2, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM ÍNTEGRA DE POLIPRPILENO TRANSPARENTE OU METALIZADA ORIGINAL DE FÁBRICA COM 1 KG, REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA/ANVISA, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILARES OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “YOKI” OU “PAULISTA”, SENDO ESSAS REFERENCIADAS COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	PACOTE 1 KG	RS 12,47	500	0	0	0	0	0	0	0	0	305	805	RS 10.038,35
	58	464559	FEIJÃO BRANCO - FEIJÃO, TIPO 1, CLASSE BRANCO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MAQUINADO, EMBALADO EM SACO PLÁSTICO DE 1 KG, ASPECTO BRILHOSO, LISO, ISENTO DE GRÃOS ARDIDOS, MATÉRIAS TERROSAS, PEDRAS, FUNGOS E PARASITAS, LIVRE DE FRAGMENTOS E CORPOS ESTRANHOS, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA), ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE ORIGINAL DE FÁBRICA COM 1 KG, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILARES OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “YOKI” OU “KICALDO”, SENDO ESSAS REFERENCIADAS COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE, PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA 150 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	PACOTE 1,00 KG	RS 17,78	60	100	0	0	0	0	0	0	0	205	365	RS 6.489,70
	59	464552	FEIJÃO PRETO - FEIJÃO, TIPO 1, CLASSE PRETO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MAQUINADO, EMBALADO EM SACO PLÁSTICO DE 1 KG, ASPECTO BRILHOSO, LISO, ISENTO DE GRÃOS ARDIDOS, MATÉRIAS TERROSAS, PEDRAS, FUNGOS E PARASITAS, LIVRE DE FRAGMENTOS E CORPOS ESTRANHOS, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA), ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE ORIGINAL DE FABRICA COM 1 KG, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILARES OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “CRISTAL” OU “KICALDO”, SENDO ESSAS REFERENCIADAS COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE, PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA 150 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	SACO 1,00 KG	RS 8,75	500	1.000	0	0	0	0	0	0	0	1.606	3.106	RS 27.177,50
	60	464553	FEIJÃO CARIOCA - FEIJÃO, TIPO 1, GRUPO ANÃO, CLASSE CARIOQUINHA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MAQUINADO, EMBALADO EM SACO PLÁSTICO DE 1 KG, ASPECTO BRILHOSO, LISO, ISENTO DE GRÃOS ARDIDOS, MATÉRIAS TERROSAS, PEDRAS, FUNGOS E PARASITAS, LIVRE DE FRAGMENTOS E CORPOS ESTRANHOS, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA), ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE ORIGINAL DE FÁBRICA COM 1 KG, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILARES OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “CRISTAL” OU “KICALDO”, SENDO ESSAS REFERENCIADAS COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE, PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA 150 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	SACO 1,00 KG	RS 8,96	3.000	9.000	0	0	0	0	0	0	0	10.007	22.007	RS 197.182,72
64	470688	FUBA MIÚMOSO FINO, AMARELO, ESPECIAL, COM ADIÇÃO DE FERRO E ÁCIDO FÓLICO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE, ORIGINAL DE FABRICA COM 500G, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILARES OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “SINHÁ” OU “YOKI”, SENDO ESSAS REFERENCIADAS COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA 180 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	PACOTE 500G	RS 5,98	500	120	0	0	0	0	0	0	0	503	1.123	RS 6.715,54	

AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS 2026						QUANTIDADE POR PARTICIPANTE											
Grupo	Item	Código do item	ITENS Descrição completa do objeto	Unidade	Valor Unitário	MIHOS	CE	CRIS	REI	HID	IPR	RV	POS	TRI	URT	Qtd Total por Item	Valor Total Por Item
	65	464569	GRÃO DE BICO , TIPO 1, CONSTITUÍDO DE GRÃOS INTEIROS E SÃOS. ISENTO DE GRÃOS ARDIDOS, MATÉRIAS TERROSAS, PEDRAS, FUNGOS E PARASITAS, LIVRE DE FRAGMENTOS E CORPOS ESTRANHOS, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE ORIGINAL DE FÁBRICA DE 500 G., COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILARES OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “YOKI” OU “CAMIL”, SENDO ESSAS REFERENCIADAS COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE.PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 120 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	SACO 500,00 G	R\$ 14,10	30	100	0	0	0	0	0	0	0	158	288	RS 4.060,80
	67	464571	LENTILHA , TIPO 1, CLASSE MISTURADA, CONSTITUÍDA DE GRÃOS INTEIROS E SÃOS. ISENTO DE GRÃOS ARDIDOS, MATÉRIAS TERROSAS, PEDRAS, FUNGOS E PARASITAS, LIVRE DE FRAGMENTOS E CORPOS ESTRANHOS, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE ORIGINAL DE FÁBRICA DE 500 g., COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILARES OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “YOKI” OU “CAMIL”, SENDO ESSAS REFERENCIADAS COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE.PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 120 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	SACO 500,00 G	R\$ 14,81	30	100	0	0	0	0	0	0	0	108	238	RS 3.524,78
	68	458953	MACARRÃO COM OVOS, TIPO ESPAGUETE, NÚMERO 7, MASSA COMPOSTA POR ÁGUA, FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, OVOS, AMIDO (2,3 %), COM TEMPO DE COCCÃO EM TORNO DE 6 A 8 MINUTOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE OU ORIGINAL DE FABRICA COM 500G, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILARES OU DE MELHOR DO QUE O DA MARCA “RENATA” OU “LIANE”, SENDO ESSAS REFERENCIADAS COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE, PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 180 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	PACOTE 500 G	R\$ 4,76	300	600	0	0	0	0	0	0	0	700	1.600	RS 7.616,00
	69	458974	MACARRÃO COM OVOS, TIPO PARAFUSO, MASSA COMPOSTA POR ÁGUA, FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA DE FERRO E ÁCIDO FÓLICO, OVOS, AMIDO (2,3 %), COM TEMPO DE COCCÃO EM TORNO DE 6 A 8 MINUTOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE E POLIPROPILENO TRANSPARENTE ORIGINAL DE FABRICA COM 500G, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILARES OU DE MELHOR DO QUE O DA MARCA “RENATA” OU “LIANE”, SENDO ESSAS REFERENCIADAS COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE, PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 180 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	PACOTE 500G	R\$ 5,22	300	600	0	0	0	0	0	0	0	1.000	1.900	RS 9.918,00
	70	458975	MACARRÃO COM OVOS, TIPO PENNE, MASSA COMPOSTA POR ÁGUA, FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA DE FERRO E ÁCIDO FÓLICO, OVOS, AMIDO (2,3 %), COM TEMPO DE COCCÃO EM TORNO DE 6 A 8 MINUTOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE E POLIPROPILENO TRANSPARENTE ORIGINAL DE FABRICA COM 500 G, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILARES OU DE MELHOR DO QUE O DA MARCA “RENATA” OU “LIANE”, SENDO ESSAS REFERENCIADAS COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE, PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 180 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	PACOTE 500 G	R\$ 5,89	0	0	0	0	0	0	0	0	0	703	703	RS 4.140,67
	71	458952	MACARRÃO COM OVOS, TIPO ESPAGUETE, INTEGRAL, NÚMERO 7, MASSA COMPOSTA POR ÁGUA, FARINHA DE TRIGO INTEGRAL, OVOS, AMIDO (2,3 %), ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE OU ORIGINAL DE FABRICA COM 500 G, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILARES OU DE MELHOR DO QUE O DA MARCA “RENATA” OU “LIANE”, SENDO ESSAS REFERENCIADAS COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE, PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 180 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	PACOTE 500G	R\$ 7,14	0	0	0	0	0	0	0	0	0	153	153	RS 1.092,42
	72	458988	MACARRÃO COM OVOS, TIPO PARAFUSO, INTEGRAL, MASSA COMPOSTA POR ÁGUA, FARINHA DE TRIGO INTEGRAL, OVOS, AMIDO (2,3 %), ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE OU ORIGINAL DE FABRICA COM 500 G, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILARES OU DE MELHOR DO QUE O DA MARCA “CRISTAL” OU “LIANE”, SENDO ESSAS REFERENCIADAS COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE, PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 180 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	PACOTE 500G	R\$ 8,45	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100	100	RS 845,00
	73	458997	MACARRÃO SEMOLA, SEM OVOS, TIPO LASANHA DIRETO AO FORNO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE OU ORIGINAL DE FABRICA COM 200 G, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILARES OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “DONA BENTA”, SENDO ESSA REFERENCIADA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE, PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 180 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	PACOTE 500G	R\$ 9,67	100	0	0	0	0	0	0	0	0	406	506	RS 4.893,02
	80	463692	ÓLEO VEGETAL COMESTÍVEL SOJA - ÓLEO DE SOJA, CLASSE REFINADO, TIPO 01; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PET ORIGINAL DE FÁBRICA COM 900 ML, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “SOYA” OU “SINHÁ”, SENDO ESSAS REFERENCIADAS COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE, PRAZO DE VALIDADE 180 DIAS APÓS A ENTREGA.A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	EMBALAGE M 900,00 ML	R\$ 9,11	2.600	4.500	0	0	20	0	0	2	0	2.528	9.650	RS 87.911,50
	84	462122	MILHO PIPOCA , TIPO-1, TIPO GRUPO:DURO, TIPO CLASSE: AMARELA, EMBALADA EM SACO PROLIPROPILENO COM 500G, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “SINHÁ” OU “YOKI”, SENDO ESSAS REFERENCIADAS COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 180 DIAS APÓS ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	EMBALAGE M 500,00 GR	R\$ 8,51	100	60	20	50	0	40	0	10	0	305	585	RS 4.978,35
	87	297483	PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA , COR CLARA, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE POLIETILENO ORIGINAL DE FÁBRICA COM 400G, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “JASMINE” OU “NATURALIFE”, SENDO ESSAS REFERENCIADAS COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE, PRAZO DE VALIDADE 180 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	EMBALAGE M 400,00 G	R\$ 10,84	60	100	0	0	0	0	0	0	0	103	263	RS 2.850,92
	88	297483	PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA , COR ESCURA, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE POLIETILENO ORIGINAL DE FÁBRICA COM 400G, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “JASMINE” OU “NATURALIFE”, SENDO ESSAS REFERENCIADAS COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE, PRAZO DE VALIDADE 180 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	EMBALAGE M 400,00 G	R\$ 10,65	60	0	0	0	0	0	0	0	0	103	163	RS 1.735,95

AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS 2026						QUANTIDADE POR PARTICIPANTE												
Grupo	Item	Código do item	ITENS Descrição completa do objeto	Unidade	Valor Unitário	MHOS	CE	CRIS	REI	HID	IPR	RV	POS	TRI	URT	Qtd Total por Item	Valor Total Por Item	
	89	461092	SAL, IODADO REFINADO EXTRA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DE FABRICA DE 1 KG, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU MELHOR DO QUE O DA MARCA "CISNE" OU "LEBRE", SENDO ESSAS REFERENCIADAS COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE. PRAZO DE VALIDADE 180 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	PACOTE 1,00 KG	R\$ 3,41	60	2.200	20	5	10	6	30	0	0		1.314	3.645	R\$ 12.429,45
	94	457279	SOJA, GRUPO 1, USO CULINÁRIO, DESTINADA AO CONSUMO IN NATURA, GRUPO AMARELA, CONSTITUÍDA DE GRÃOS INTEIROS E SÃOS. ISENTO DE GRÃOS ARDIDOS, MATÉRIAS TERROSAS, PEDRAS, FUNGOS E PARASITAS, LIVRE DE FRAGMENTOS E CORPOS ESTRANHOS, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE ORIGINAL DE FÁBRICA DE 500 G , COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILARES OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “CAMIL”, SENDO ESSAS REFERENCIADAS COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE.PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 120 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	PACOTE 500 G	R\$ 12,30	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	150	150	R\$ 1.845,00
	100	326330	TRIGO PARA QUIBE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DE FABRICA DE 500 G, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “KODILAR” OU “YORK”, SENDO ESSAS REFERENCIADAS COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA 180 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	PACOTE 500 G	R\$ 9,50	200	100	0	0	0	0	0	0	0	0	206	506	R\$ 4.807,00
Total do Grupo																	R\$ 771.802,14	
GRUPO 02 - Açúcares e Doce	1	463554	ACHOCOLATADO EM PÓ - APRESENTADO EM PÓ INSTANTÂNEO, TENDO COMO PRIMEIRO OU SEGUNDO INGREDIENTE O CACAU EM PÓ, EM EMBALAGEM INTREGA, LATA OU CAIXA COM EMBALAGEM INTERIOR EM POLIPROPILENO, ORIGINAL DE FÁBRICA. EMBALAGEM DE 1,02 KG, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “NESCAU” OU “TODDY”, SENDO ESSAS REFERENCIADAS COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 180 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	embalagem 1,02 kg	R\$ 30,06	500	250	0	0	120	60	0	0	0	0	205	1.135	RS 34.118,10
	2	463989	ACÚCAR CRISTAL - SUPERIOR PENEIRADO, BRANCO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE ORIGINAL DE FABRICA COM 5 KG, ASPECTO GRANULOSO FINO A MÉDIO, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “CRISTAL” OU “ECOÇÚCAR”, SENDO ESSAS REFERENCIADAS COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 180 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	PACOTE 5 KG	R\$ 21,91	1.500	1.250	60	140	120	69	300	6	90	1.066	4.601	RS 100.807,91	
	3	463992	ACÚCAR DEMERARA - ACÚCAR TIPO DEMERARA, COR AMARELADA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE ORIGINAL DE FABRICA COM 5 KG, ASPECTO GRANULOSO FINO A MÉDIO, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “NATIVE” OU “UNIÃO”, SENDO ESSAS REFERENCIADAS COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 180 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	PACOTE 1,00 KG	R\$ 10,38	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	6	RS 62,28
	4	463993	ACÚCAR MASCAYO - ACÚCAR TIPO MASCAYO, COR AMARELADA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE ORIGINAL DE FABRICA COM 5 KG, ASPECTO GRANULOSO FINO A MÉDIO, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “NATIVE” OU “UNIÃO”, SENDO ESSAS REFERENCIADAS COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 180 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	PACOTE 1,00 KG	R\$ 21,31	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	10	RS 213,10
	5	463996	ACÚCAR REFINADO - ACÚCAR TIPO REFINADO, COR BRANCA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE ORIGINAL DE FABRICA COM 1 KG, ASPECTO FINO, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “NATIVE” OU “UNIÃO”. SENDO ESSAS REFERENCIADAS COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 180 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	PACOTE 1,00 KG	R\$ 6,69	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	8	RS 53,52
	45	462651	DOCE EM TABLETE - DOCE MASSA, DOCE EM TABLETE, TIPO GOIABADA, PESO 30 G, TIPO EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM CAIXAS DE 50 UNIDADES. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 180 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	PACOTE 50,00 UN	R\$ 44,09	150	400	0	100	0	0	0	0	12	0	100	762	RS 33.596,58
	46	462647	DOCE EM TABLETE - DOCE MASSA, DOCE EM TABLETE, TIPO BANANADA, PESO 30 G, TIPO EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM CAIXAS COM 50 UNIDADES. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 180 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	PACOTE 50,00	R\$ 38,55	150	0	0	150	0	0	0	0	12	0	100	412	RS 15.882,60
	47	465663	DOCE EM TABLETE, TIPO PACOCA DE AMENDOIM, PESO 20, INGREDIENTES AMENDOIM, ACUCAR, SAL, APRESENTAÇÃO FORMATO ROLHA EMBALAGEM INDIVIDUAL. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 180 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	PACOTE 50,00 UN	R\$ 23,75	250	0	0	400	0	0	0	0	12	30	203	895	RS 21.256,25
	48	462713	GELATINA ALIMENTÍCIA - GELATINA EM PÓ SABOR LIMÃO, COM ADIÇÃO DE AÇUCAR, EMBALADO PACOTES DE 30 G. RCOM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILARES OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “DR. OETKER”, SENDO ESSA REFERENCIADA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 120 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	PACOTE 30 G	R\$ 2,26	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9	9	RS 20,34
	49	462705	GELATINA ALIMENTÍCIA GELATINA EM PÓ SABOR ABCAXI, COM ADIÇÃO DE ACUCAR, EMBALADO PACOTES DE 30 G. RCOM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILARES OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “DR. OETKER”, SENDO ESSA REFERENCIADA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 120 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	PACOTE 30 G	R\$ 2,42	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9	9	RS 21,78
50	462727	GELATINA ALIMENTÍCIA - GELATINA EM PÓ SABOR UVA, COM ADIÇÃO DE ACUCAR, EMBALADO PACOTES DE 30 G. RCOM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILARES OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “DR. OETKER”, SENDO ESSA REFERENCIADA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 120 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	PACOTE 30 G	R\$ 2,49	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9	9	RS 22,41	
Total do Grupo																	R\$ 206.054,87	

AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS 2026																		
ITENS					QUANTIDADE POR PARTICIPANTE													
Grupo	Item	Código do item	Descrição completa do objeto	Unidade	Valor Unitário	MIHOS	CE	CRIS	REI	HID	IPR	RV	POS	TRI	URT	Qtd Total por Item	Valor Total Por Item	
GRUPO 04 - Temperos e condimentos	86	459079	POLVILHO DOCE , GRUPO FECÚLA, TIPO 1, ORIGEM AMILÁCEO MANDIOCA, TIPO GRUPO FECÚLA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE ORIGINAL DE FABRICA COM 1 KG, ASPECTO LISO FINO, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “PAULISTA” OU “AMAFIL”, SENDO ESSAS REFERENCIADAS COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE, PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 120 DIAS APÓS ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	PACOTE 1 KG	R\$ 14,13	100	0	0	0	0	0	0	0	0	303	403	RS 5.694,39	
	103	464883	UVA PASSA ESCURA SEM CAROÇO, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE POLIETILENO ORIGINAL DE FABRICA DE 200 G, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “LA VIOLETERA” OU “QUALITÁ”, SENDO ESSAS REFERENCIADAS COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE, PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 180 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	PACOTE 200 G	R\$ 13,90	100	200	0	0	0	0	0	0	0	111	411	RS 5.712,90	
	107	463700	MARGARINA , COMPOSIÇÃO BÁSICA ÓLEOS VEGETAIS POLINSATURADOS, SABOR SEM SAL. E, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA LACRADA COM 500G, COM TEOR MÍNIMO DE 80% DE LÍPIDOS. SIMILAR OU DE MELHOR QUALIDADE DO QUE DAS MARCAS “QUALLY” OU “BECEL”, SENDO ESTAS REFERÊNCIA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 90 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	POTE 500 G	R\$ 13,50	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	RS 13,50	
	109	345785	BICARBONATO DE SÓDIO , APRESENTAÇÃO PÓ, PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 180 DIAS APÓS ENTREGA, EMBALAGEM DE 1KG. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	PACOTE 1KG	R\$ 18,89	0	0	0	0	0	0	0	0	0	60	0	60	RS 1.133,40
Total do Grupo																	RS 111.639,70	
GRUPO 04 - Temperos e condimentos	8	463861	CONDIMENTO - ALHO EM PASTA - APRESENTAÇÃO PASTA, SENDO O ALHO O PRIMEIRO ITEM DA LISTA DE INGREDIENTE DA ROTULAGEM. Não conter espessante (amido, farinha de trigo, outros...) como ingrediente. CONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 90 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	BALDE 1 KG	R\$ 28,79	1.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	204	1.204	RS 34.663,16
	19	463696	AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM, ACIDEZ DE ATÉ NO MÁXIMO 0,5%, VIDRO AMBAR DE 500ML, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “ANDORINHA” OU “LA VIOLETERA”, SENDO ESSAS REFERENCIADAS COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE, PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 180 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	FRASCO 500,00 ML	R\$ 45,65	300	500	0	0	0	0	0	0	0	518	1.318	RS 60.166,70	
	38	458149	TEMPERO - CHIMICHURRI A BASE DE ERVAS E ESPECIARIAS SECAS (COMPOSIÇÃO: cebola, alho, salsa, orégano, páprica, pimenta calabresa, cebolinha, mostarda e louro), TEMPERO PARA APLICAÇÃO E USO CULINÁRIO, PACOTE COM APROXIMADAMENTE 500 G. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 180 DIAS APÓS ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	PACOTE 500G	R\$ 33,65	20	50	0	0	0	0	0	0	0	16	86	RS 2.893,90	
	41	463937	CONDIMENTO - URUCUM (PURO) PRODUTO EM PÓ FINO, HOMOGÊNEO; OBTIDO DE FRUTOS MADUROS DE ESPÉCIMES GENUÍNOS; GRÃOS SÃOS, LIMPOS, DESSECADOS E MOÍDOS; DE COLORAÇÃO VERMELHO INTENSO; COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS; LISTA DE INGREDIENTES COMPOSTA APENAS POR URUCUM. ISENTO DE MATERIAS ESTRANHOS A SUA ESPÉCIE. EMBALAGEM: ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, ATÓXICO, RESISTENTE, TERMOSSOLDÁVEL, CONTENDO DE 500G CADA. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 180 DIAS APÓS ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	EMBALAGE M 500,00 G	R\$ 33,69	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9	9	RS 303,21	
	42	463892	CONDIMENTO - CRAVO DA ÍNDIA (SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, CORANTE E OUTROS ITENS), CONDIMENTO APLICAÇÃO ALIMENTAÇÃO, EMBALAGEM DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE, PACOTE 40 G. PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 12 MESES, DATA DE EMBALAMENTO NÃO SUPERIOR A 30 DIAS. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 180 DIAS APÓS ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	EMBALAGE M 40,00 G	R\$ 21,27	30	50	0	300	0	0	0	0	0	54	434	RS 9.231,18	
	44	463893	CONDIMENTO - CURCUMA PURA (AÇAFRÃO DA TERRA) EM PÓ, ASPECTO HOMOGÊNEO, COR PARDACOM AVERMELHADA, CHEIRO FORTE CARACTERÍSTICO, SABOR LEVEMENTE PICANTE, SEM ADIÇÃO DE FARINHAS, AMIDOS OU SIMILARES, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO ORIGINAL DE FABRICA COM 1 KG, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “KODILAR”, SENDO ESSA REFERENCIADA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 180 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	EMBALAGE M 1 KG	R\$ 39,54	15	0	0	0	0	0	0	0	0	13	28	RS 1.107,12	
	51	444503	TEMPERO - ERVAS FINAS DESIDRATADAS, SEM ADIÇÃO DE CONSERVANTES, CORANTES OU OUTROS ADITIVOS, TEMPERO PARA APLICAÇÃO E USO CULINÁRIO, PACOTE COM APROXIMADAMENTE 500 G. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 180 DIAS APÓS ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	EMBALAGE M 500G	R\$ 25,25	20	20	0	0	0	0	0	0	0	15	55	RS 1.388,75	
	63	463904	CONDIMENTO - FOLHA DE LOURO, EMBALAGEM ORIGINAL DE FABRICA DE 15 G, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILARES OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “KODILAR”, SENDO ESSA REFERENCIADA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA 180 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	EMBALAGE M 15,00 G	R\$ 5,64	15	30	0	0	0	0	0	0	0	21	66	RS 372,24	
	77	241553	MOLHO DE PIMENTA , COMPOSIÇÃO ÁGUA/PIMENTA VERMELHA MOÍDA/VINAGRE DE ALCOL/SAL, APLICAÇÃO ALIMENTOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PET DE 900 ML, CONTENDO DOSADOR, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILARES OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “KITANO” OU “KODILAR”, SENDO ESSAS REFERENCIADAS COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 180 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	FRASCO 900,00 ML	R\$ 9,73	120	0	0	0	0	0	0	0	0	250	370	RS 3.600,10	
78	459654	MOLHO SHOYO TRADICIONAL, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PET DE 500 ML, COM COR ESCURA CARACTERÍSTICA, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “KITANO” OU “SAKURA”, SENDO ESSAS REFERENCIADAS COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 180 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	FRASCO 500,00 ML	R\$ 16,78	300	0	0	0	0	0	0	0	0	0	254	554	RS 9.296,12	

AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS 2026						QUANTIDADE POR PARTICIPANTE												
Grupo	Item	Código do item	ITENS Descrição completa do objeto	Unidade	Valor Unitário	MHOS	CE	CRIS	REI	HID	IPR	RV	POS	TRI	URT	Qtd Total por Item	Valor Total Por Item	
	79	463913	CONDIMENTO - NOZ-MOSCADA EM GRÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE, EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE DE 10G. COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “KITANO”, SENDO ESSA REFERENCIADA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 90 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	EMBALAGE M 10,00 G	RS 5,93	10	100	0	0	0	0	0	0	0	0	61	171	RS 1.014,03
	81	463916	CONDIMENTO - ORÉGANO DESIDRATADO, SEM ADIÇÃO DE CONSERVANTES, CORANTES OU OUTROS ADITIVOS, TEMPERO PARA APLICAÇÃO E USO CULINÁRIO, PACOTE COM APROXIMADAMENTE 500 G. COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “KITANO”, SENDO ESSA REFERENCIADA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE,PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 180 DIAS APÓS ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	EMBALAGE M 500 G	RS 15,54	15	10	0	0	0	0	0	0	0	0	16	41	RS 637,14
	101	217094	VINAGRE , MATERIA PRIMA MACÃ, TIPO AROMÁTICO, ACIDEZ NO MÁXIMO DE 4,00 ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, ASPECTO VISUAL LÍMPIDO E SEM DEPÓSITO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA ORIGINAL DE FÁBRICA COM NO MÍNIMO 750 ML, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “GALO DE BARCELOS” OU “CASTELO”, SENDO ESSAS REFERENCIADAS COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE, PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 180 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	FRASCO 750,00 ML	RS 8,93	150	450	0	0	0	0	0	0	160	309	1.069	RS 9.546,17	
	102	217096	VINAGRE , MATERIA PRIMA ALCOOL, TIPO AROMÁTICO, ACIDEZ NO MÁXIMO DE 4,00 ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, ASPECTO VISUAL LÍMPIDO E SEM DEPÓSITO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA ORIGINAL DE FÁBRICA COM NO MÍNIMO 750 ML, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “GALO DE BARCELOS” OU “CASTELO”, SENDO ESSAS REFERENCIADAS COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE, PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 180 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	FRASCO 750,00 ML	RS 3,86	0	0	0	0	0	0	0	0	0	160	7	167	RS 644,62
Total do Grupo																	RS 134.864,44	
GRUPO 05 - Biscoitos e Bolachas (Exclusivo ME/EPP)	24	316062	BISCOITO AMANTEIGADO SABOR ACHOCOLATADO, CLASSIFICAÇÃO DOCE, PACOTE 330 GRAMAS, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “MABEL”, SENDO ESSA REFERENCIADA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 180 DIAS APÓS ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	EMBALAGE M 330 G	RS 9,61	600	0	50	300	0	0	0	60	0	500	1.510	RS 14.511,10	
	25	316835	BISCOITO AMANTEIGADO SABOR COCO, CLASSIFICAÇÃO DOCE, PACOTE 330 GRAMAS, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “MABEL”, SENDO ESSA REFERENCIADA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 180 DIAS APÓS ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	EMBALAGE M 330 G	RS 9,08	600	0	0	200	0	0	0	60	0	500	1.360	RS 12.348,80	
	26	460235	BISCOITO CREAM CRAKER, APRESENTAÇÃO QUADRADO, EMBALAGEM DE POLIPROPILENO DE 360 G, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “MABEL”, SENDO ESSA REFERENCIADA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE, PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 180 DIAS APÓS ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	EMBALAGE M 360 g	RS 7,66	500	0	20	300	0	0	0	60	0	500	1.380	RS 10.570,80	
	27	245803	BISCOITO DE COCO TIPO ROSQUINHA, SEM RECHEIO. EMBALAGEM DE POLIPROPILENO DE 600G, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “MABEL” OU “RANCHEIRO”, SENDO ESSAS REFERENCIADAS COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 180 DIAS APÓS ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	EMBALAGE M 600g	RS 9,79	500	0	20	300	200	0	0	60	0	500	1.580	RS 15.468,20	
	28	217132	BISCOITO TIPO MAISENA, INTEGRAL (MÍNIMO DE 33% DE FARINHA DE TRIGO INTEGRAL), SEM RECHEIO. EMBALAGEM DE POLIPROPILENO DE 400G, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “MARILAN”, SENDO ESSA REFERENCIADA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 180 DIAS APÓS ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	EMBALAGE M 400G	RS 9,06	0	0	20	150	0	0	0	60	0	0	230	RS 2.083,80	
	29	217132	BISCOITO TIPO MAISENA, SEM RECHEIO. EMBALAGEM DE POLIPROPILENO DE 400G, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “MABEL”, SENDO ESSA REFERENCIADA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 180 DIAS APÓS ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	EMBALAGE M 400 g	RS 9,94	200	0	0	0	0	0	0	60	0	404	664	RS 6.600,16	
	30	217130	BISCOITO , APRESENTAÇÃO RETANGULAR, SABOR ÁGUA E GERGELIM, CLASSIFICAÇÃO SALGADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM RECHEIO, PACOTE 200 GRAMAS, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “MARILAN”, SENDO ESSA REFERENCIADA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 180 DIAS APÓS ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	EMBALAGE M 200 g	RS 9,13	0	0	0	150	0	0	0	60	0	0	210	RS 1.917,30	
Total do Grupo																	RS 63.500,16	
GRUPO 06 - Bebidas (Exclusivo ME/EPP)	95	464752	SUCO CONCENTRADO DE ABACAXI, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, EMBALADO EM GARRAFAS DE 500ML. RENDIMENTO IGUAL OU SUPERIOR A 1,5 LITROS. COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILARES OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “MAGUARY”, SENDO ESSA REFERENCIADA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 120 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	FRASCO 500,00 ML	RS 8,15	0	0	0	0	200	50	0	0	0	1.205	1.455	RS 11.858,25	
	96	464758	SUCO CONCENTRADO DE CAJU, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, EMBALADO EM GARRAFAS DE 500ML. RENDIMENTO IGUAL OU SUPERIOR A 3 LITROS. COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILARES OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “MAGUARY”, SENDO ESSA REFERENCIADA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 120 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	FRASCO 500,00 ML	RS 6,33	200	0	0	5	200	50	0	0	0	1.205	1.660	RS 10.507,80	
	97	464759	SUCO CONCENTRADO DE GOIABA, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, EMBALADO EM GARRAFAS DE 500ML. RENDIMENTO IGUAL OU SUPERIOR A 1,5 LITROS. COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILARES OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “MAGUARY”, SENDO ESSA REFERENCIADA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 120 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	FRASCO 500,00 ML	RS 7,75	200	0	0	5	200	50	0	0	0	1.205	1.660	RS 12.865,00	

AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS 2026																	
ITENS				QUANTIDADE POR PARTICIPANTE													
Grupo	Item	Código do item	Descrição completa do objeto	Unidade	Valor Unitário	MIHOS	CE	CRIS	REI	HID	IPR	RV	POS	TRI	URT	Qtd Total por Item	Valor Total Por Item
	98	464751	SUCO CONCENTRADO DE MARACUJÁ, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, EMBALADO EM GARRAFAS DE 500ML. RENDIMENTO IGUAL OU SUPERIOR A 3 LITROS. COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILARES OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “MAGUARY”, SENDO ESSA REFERENCIADA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 120 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	FRASCO 500,00 ML	R\$ 11,40	200	0	0	5	200	50	0	6	0	1.207	1.668	R\$ 19.015,20
	99	464755	SUCO CONCENTRADO DE UVA, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, EMBALADO EM GARRAFAS DE 500ML. RENDIMENTO IGUAL OU SUPERIOR A 1,5 LITROS. COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILARES OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “MAGUARY”, SENDO ESSA REFERENCIADA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 120 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	FRASCO 500,00 ML	R\$ 9,24	200	0	0	10	200	140	0	6	0	1.207	1.763	R\$ 16.290,12
Total do Grupo																	R\$ 70.536,37
GRUPO 07 - Leites e Derivados (Exclusivo ME/EPP)	43	446533	CREME DE LEITE ESTERILIZADO, MÍNIMO 15 à 20% DE GORDURA LÁCTEA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DO TIPO CAIXINHA 200G, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E INSPEÇÃO DO SIF/DIPOA, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU DE MELHOR DO QUE O DA MARCA “NESTLÉ”, SENDO ESSA REFERENCIADA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE, PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA 12 MESES APÓS ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	CAIXINHA 200 G	R\$ 5,37	600	250	0	0	0	0	0	0	0	1.241	2.091	R\$ 11.228,67
	74	446384	MANTEIGA COM SAL, DE PRIMEIRA QUALIDADE. OBTIDA DO CREME DE LEITE (NATA) PADRONIZADO, PASTEURIZADO E MATURADO, SEM CONSERVANTES, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA LACRADA COM PAPEL ALUMÍNIO COM 500G, COM TEOR MÍNIMO DE 80% DE LÍPIDIOS. SIMILAR OU DE MELHOR QUALIDADE DO QUE DAS MARCAS “QUALITY” OU “BÉCEL”, SENDO ESTAS REFERÊNCIA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 90 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	POTE 500 G	R\$ 29,46	500	240	0	0	0	0	0	0	0	11	751	R\$ 22.124,46
	75	463699	MARGARINA, COMPOSIÇÃO BÁSICA ÓLEOS VEGETAIS POLINSATURADOS, SABOR COM SAL, E, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA LACRADA COM 500G, COM TEOR MÍNIMO DE 80% DE LÍPIDIOS. SIMILAR OU DE MELHOR QUALIDADE DO QUE DAS MARCAS “QUALITY” OU “BÉCEL”, SENDO ESTAS REFERÊNCIA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 90 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	POTE 500 G	R\$ 12,92	300	300	0	0	30	0	0	0	0	406	1.036	R\$ 13.385,12
	83	464014	LEITE CONDENSADO, APRESENTAÇÃO EM CAIXAS DE 395 G, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “PIRACANJUBA”, SENDO ESSA REFERENCIADA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE, PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 180 DIAS APÓS ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	CAIXA 395 G	R\$ 9,03	150	0	0	0	0	0	0	0	0	19	169	R\$ 1.526,07
	104	446019	LEITE EM PÓ, ORIGEM DE VACA, INTEGRAL, INSTANTÂNEO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA, LATA DE 400G, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “NINHO” OU “ITAMBÊ”, SENDO ESSAS REFERENCIADAS COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA 150 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	LATA 400 G	R\$ 24,00	50	0	0	0	0	0	0	0	0	5	55	R\$ 1.320,00
	105	445995	LEITE FLUIDO - ORIGEM DE VACA, TIPO-A, TEOR GORDURA INTEGRAL, PROCESSAMENTO UHT	CAIXA 1,00 L	R\$ 7,90	2.500	0	0	0	400	0	0	0	0	10	2.910	R\$ 22.989,00
	106	445998	LEITE FLUIDO - Leite UHT. Leite pasteurizado UHT - isento de lactose. Leite integral, 0% de lactose, UHT, adicionado da enzima lactase. Apresentação: Frascos de 1 litro. Marca melhor ou similar Piracanjuba	CAIXA 1,00 L	R\$ 9,89	300	0	0	0	300	0	0	0	0	0	600	R\$ 5.934,00
Total do Grupo																	R\$ 78.507,32
GRUPO 08 - Produtos Naturais (Exclusivo ME/EPP)	6	236197	ADOÇANTE LÍQUIDO - ADOÇANTE DIETÉTICO LÍQUIDO PURO STEVIA OU XILITOL OU ERITROL, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU MELHOR QUALIDADE DO QUE A MARCA “ZERO CALL, FINN, LINEA”. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 180 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	FRASCO 60 ML	R\$ 18,89	80	0	20	50	10	0	0	6	0	8	174	R\$ 3.286,86
	18	460502	AVEIA EM FLOCOS (produto resultante da moagem de grãos de aveia após limpeza e classificação), EMBALAGEM DE 165G INGREDIENTE: SOMENTE AVEIA. EMBALADO EM PACOTES DE 165G, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR A MARCA “OJAKER” SENDO ESSA REFERENCIADA COMO PARÂMETRO E QUALIDADE, COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 180 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	EMBALAGE M 165G	R\$ 8,82	0	0	0	0	0	0	0	0	0	65	65	R\$ 573,30
	32	463873	CONDIMENTO - CANELA EM CASCA (SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, CORANTE E OUTROS ITENS), EMBALAGEM DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE, PACOTE 20G, PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 12 MESES, DATA DE EMBALAMENTO NÃO SUPERIOR A 30 DIAS. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 180 DIAS APÓS ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	EMBALAGE M 20,00 G	R\$ 8,11	30	50	0	300	0	0	0	0	0	111	491	R\$ 3.982,01
	34	463895	CHA ALIMENTAÇÃO - CHA DE ERVAS, APRESENTAÇÃO ERVA SECA DE ERVA DOCE (SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, CORANTE E OUTROS ITENS), PACOTE COM APROXIMADAMENTE 40 G. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 180 DIAS APÓS ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	PACOTE 40G	R\$ 11,78	100	0	50	200	0	0	0	24	0	20	394	R\$ 4.641,32
	35	242774	CHA ALIMENTAÇÃO - CHA DE ERVAS, APRESENTAÇÃO ERVA SECA DE HORTELÃ (SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, CORANTE E OUTROS ITENS), PACOTE COM APROXIMADAMENTE 30 G. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 180 DIAS APÓS ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	PACOTE 30G	R\$ 10,82	100	0	50	300	0	0	0	24	0	20	494	R\$ 5.345,08
	36	233886	CHA ALIMENTAÇÃO - CHA DE ERVAS, APRESENTAÇÃO ERVA SECA DE MATE (SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, CORANTE E OUTROS ITENS), PACOTE COM APROXIMADAMENTE 250 G. COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU MELHOR DO QUE O DA MARCA “MATTE LEÃO”, SENDO ESSA REFERENCIADA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 180 DIAS APÓS ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	PACOTE 250G	R\$ 10,20	0	0	20	10	50	0	0	0	0	100	180	R\$ 1.836,00

AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS 2026																	
Grupo	Item	Código do item	ITENS	Unidade	Valor Unitário	QUANTIDADE POR PARTICIPANTE										Qtd Total por Item	Valor Total Por Item
			Descrição completa do objeto			MHOS	CE	CRIS	REI	HID	IPR	RV	POS	TRI	URT		
	54	460498	FARINHA DE AVEIA (produto resultante da moagem de grãos de aveia após limpeza e classificação), EMBALAGEM DE 165G INGREDIENTE: SOMENTE AVEIA. EMBALADO EM PACOTES DE 165G. COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR A MARCA "QUAKER" SENDO ESSA REFERENCIADA COMO PARÂMETRO E QUALIDADE, COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 180 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	EMBALAGE M 165G	R\$ 9,09	0	0	0	0	0	0	0	0	0	107	107	RS 972,63
	91	457585	SEMENTE DE CHIA , USO CULINÁRIO, SEM SUEIRAS, SEM MOFOS, DA MELHOR QUALIDADE. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM FEITA DE PLÁSTICO ATÓXICO, TRANSPARENTE, ORIGINAL DE FÁBRICA COM 150G, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU MELHOR DO QUE O DA MARCA "JASMINE" OU "NATURALIFE", SENDO ESSAS REFERENCIADAS COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE, PRAZO DE VALIDADE 180 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	EMBALAGE M 150 G	R\$ 18,67	20	20	0	0	0	0	0	0	0	16	56	RS 1.045,52
	92	301513	SEMENTE DE LINHAÇA MARROM, USO CULINÁRIO, SEM SUEIRAS, SEM MOFOS, DA MELHOR QUALIDADE. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM FEITA DE PLÁSTICO ATÓXICO, TRANSPARENTE, ORIGINAL DE FÁBRICA COM 200G, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU MELHOR DO QUE O DA MARCA "VITAO" OU "NATURALIFE", SENDO ESSAS REFERENCIADAS COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE, PRAZO DE VALIDADE 180 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	EMBALAGE M 200 G	R\$ 14,10	20	20	0	0	0	0	0	0	0	16	56	RS 789,60
	93	373203	SEMENTE DE GERGELIM , USO CULINÁRIO, SEM SUEIRAS, SEM MOFOS, DA MELHOR QUALIDADE. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM FEITA DE PLÁSTICO ATÓXICO, TRANSPARENTE, ORIGINAL DE FÁBRICA COM 200G, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU MELHOR DO QUE O DA MARCA "VITAO" OU "NATURALIFE", SENDO ESSAS REFERENCIADAS COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE, PRAZO DE VALIDADE 180 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	EMBALAGE M 200 G	R\$ 21,22	20	0	0	0	0	0	0	0	0	16	36	RS 763,92
Total do Grupo																RS 23.236,24	
GRUPO 09 - Conservas																	
	17	448994	PEIXE EM CONSERVA - ATUM EM PEDAÇOS AO NATURAL, EMBALADO EM LATA (EMBALAGEM ABRE FÁCIL) DE 170 GRAMAS, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR A MARCA "GOMES DA COSTA" SENDO ESSA REFERENCIADA COM PARÂMETRO E QUALIDADE, COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 180 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	EMBALAGE M 170,00 G	R\$ 15,07	150	0	0	0	0	0	0	0	0	59	209	RS 3.149,63
	20	459644	AZEITONA PRETA , SEM CAROÇO, PREPARADA COM OS FRUTOS CURADOS, IMERSOS EM SALMOURA DE CONCENTRAÇÃO APROPRIADA, EM RECIPIENTES HERMÉTICOS, COLORAÇÃO UNIFORMES SUBMETIDOS AO PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO, ATENDENDO AS CONDIÇÕES GERAIS DO CÓDIGO SANITÁRIO DE ALIMENTOS. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TIPO POTE DE 320 G E DE PESO DRENADO DE APROXIMADAMENTE 175G, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU MELHOR DO QUE O DA MARCA "LA VIOLETERA". PRODUTO, DEVIDAMENTE ROTULADO E IDENTIFICADO NOS ASPECTOS QUALITATIVO E QUANTITATIVO INDICANDO CLARAMENTE O PESO LÍQUIDO DO PRODUTO DRENADO, O PRAZO DE VALIDADE, MARCA COMERCIAL, PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE E DEMAIS DADO CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 12 MESES A PARTIR DATA DE ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	POTE 320,00 G	R\$ 27,79	0	10	0	0	0	0	0	0	0	55	65	RS 1.806,35
	21	459638	AZEITONA VERDE , EM CONSERVA INTEIRA SEM CAROÇO, PREPARADA COM OS FRUTOS CURADOS, IMERSOS EM SALMOURA DE CONCENTRAÇÃO APROPRIADA, EM RECIPIENTES HERMÉTICOS, COLORAÇÃO UNIFORMES SUBMETIDOS AO PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO, ATENDENDO AS CONDIÇÕES GERAIS DO CÓDIGO SANITÁRIO DE ALIMENTOS. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TIPO POTE DE 1,8KG DRENADO, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU MELHOR DO QUE O DA MARCA "LA VIOLETERA". PRODUTO DEVIDAMENTE ROTULADO E IDENTIFICADO NOS ASPECTOS QUALITATIVO E QUANTITATIVO INDICANDO CLARAMENTE O PESO LÍQUIDO DO PRODUTO DRENADO, O PRAZO DE VALIDADE, MARCA COMERCIAL, PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO, INFORMAÇÃO NUTRICIONAIS, NÚMERO DO REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE E DEMAIS DADO CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 12 MESES A PARTIR DATA DE FABRICAÇÃO. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	POTE 1,8 KG DRENADO	R\$ 76,26	400	100	0	0	0	0	0	0	0	54	554	RS 42.248,04
	37	462826	COGUMELO EM CONSERVA - CHAMPIGNON EM CONSERVA, APRESENTAÇÃO FATIADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIETILENO, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TIPO POTE DE 3,3 KG E DE PESO DRENADO DE APROXIMADAMENTE 2 KG, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU MELHOR DO QUE O DA MARCA "IMPERADOR", SENDO ESSA REFERENCIADA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 180 DIAS APÓS ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	EMBALAGE M 3,3 KG	R\$ 86,89	120	0	0	0	0	0	0	0	0	10	130	RS 11.295,70
	52	462823	LEGUME EM CONSERVA - ERVILHA EM CONSERVA, GRÃOS INTEIROS, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DO TIPO SACHÊ PESO LÍQUIDO 3,1 KG E COM PESO DRENADO DE APROXIMADAMENTE 2KG, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU MELHOR DO QUE O DA MARCA "PREDILECTA", SENDO ESSA REFERENCIADA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 12 MESES A PARTIR DATA DE FABRICAÇÃO. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	SACHÊ 3,1KG	R\$ 33,09	100	100	0	0	0	0	0	0	0	52	252	RS 8.338,68
	53	620460	EXTRATO ALIMENTÍCIO - EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO 100% NATURAL (INGREDIENTES: TOMATE, SAL E AÇÚCAR, SEM CONSERVANTES), ACONDICIONADO EM EMBALAGEM SACHÊ PESO LÍQUIDO 2KG COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILARES OU MELHOR DO QUE O DA MARCA "BONARE" ou "ELEFANTE" SENDO ESSAS REFERENCIADAS COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 10 MESES A PARTIR DATA DE FABRICAÇÃO. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	SACHÊ 2KG	R\$ 48,14	800	500	0	0	0	0	0	0	0	704	2.004	RS 96.472,56
	76	462824	MILHO EM CONSERVA - MILHO VERDE EM CONSERVA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM SACHÊ ORIGINAL DE FABRICA DE 2,6KG, E PESO DRENADO DE APROXIMADAMENTE 1,7KG COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILARES OU MELHOR DO QUE O DA MARCA "PREDILECTA", SENDO ESSAS REFERENCIADAS COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE, PRAZO DE VALIDADE 180 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	SACHÊ 2,6KG	R\$ 35,93	300	50	0	0	0	0	0	0	0	301	651	RS 23.390,43

AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS 2026																	
ITENS																	
Grupo	Item	Código do item	Descrição completa do objeto	Unidade	Valor Unitário	MHOS	CE	CRIS	REI	HID	IPR	RV	POS	TRI	URT	Qtd Total por Item	Valor Total Por Item
	82	460486	LEGUME EM CONSERVA - PALMITO DE AÇAI, INTEIRO, EM CONSERVA, APRESENTAÇÃO EM FRASCO DE VIDRO DE 500g, PESO LÍQUIDO DRENADO 300g, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU MELHOR DO QUE O DA MARCA "IMPERADOR", SENDO ESSA REFERENCIADA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE, PRAZO DE VALIDADE 180 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	FRASCO 500,00 G	R\$ 29,97	350	150	0	0	0	0	0	0	0	208	708	R\$ 21.218,76
	90	449006	PEIXE EM CONSERVA - SARDINHA EM ÓLEO, EMBALADO EM LATA (EMBALAGEM ABRE FÁCIL) DE 125 GRAMAS E PESO DRENADO APROXIMADAMENTE 84g, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS "GOMES DA COSTA" E "COQUEIRO" SENDO ESSAS REFERENCIADAS COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE, COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 180 DIAS APÓS A ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	LATA 125,00 G	R\$ 9,40	200	0	0	0	0	0	0	0	0	3	203	R\$ 1.908,20
Total do Grupo																	R\$ 209.828,35
ITEM	31	463593	CAFÉ BENEFICIADO TIPO TORRADO E MOÍDO, 100% ARÁBICA, TRADICIONAL, COM TORREFAÇÃO OU TORRA MÉDIA, EMBALAGEM A VÁCUO TIPO METALIZADA, COM COMPROVAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DE QUALIDADE EXIGIDAS PARA O CAFÉ, POR MEIO DE SELO DE PUREZA E QUALIDADE ABIC E/OU LAUDOS EMITIDOS POR LABORATÓRIOS CREDENCIADOS PELA ANVISA E/OU MAPA, EMBALAGEM DE 500 G, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU MELHOR DO QUE O DAS MARCAS "DO PONTO", OU "MELITTA", SENDO ESSAS REFERENCIADAS COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 180 DIAS APÓS ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA.	PACOTE 500,00 G	R\$ 37,80	3.000	3.000	0	0	0	250	0	0	650	0	6.900	R\$ 260.820,00
COTA RESERVADA DO ITEM 31	110	463593	CAFÉ BENEFICIADO TIPO TORRADO E MOÍDO, 100% ARÁBICA, TRADICIONAL, COM TORREFAÇÃO OU TORRA MÉDIA, EMBALAGEM A VÁCUO TIPO METALIZADA, COM COMPROVAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DE QUALIDADE EXIGIDAS PARA O CAFÉ, POR MEIO DE SELO DE PUREZA E QUALIDADE ABIC E/OU LAUDOS EMITIDOS POR LABORATÓRIOS CREDENCIADOS PELA ANVISA E/OU MAPA, EMBALAGEM DE 500 G, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU MELHOR DO QUE O DAS MARCAS "DO PONTO", OU "MELITTA", SENDO ESSAS REFERENCIADAS COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 180 DIAS APÓS ENTREGA. A embalagem deve apresentar rotulagem com dados do fabricante, peso, data de fabricação e validade, informações nutricionais, e outros dados relevantes conforme determinação da ANVISA. COTA RESERVADA DO ITEM 31	PACOTE 500,00 G	R\$ 37,80	0	0	0	0	200	0	700	0	0	1.206	2.106	R\$ 79.606,80
ITEM	108	463582	CAFÉ SUPERIOR - Café beneficiado, grupo produto tipo "torrado e moído", categoria MÍNIMA do tipo "superior". O produto deverá possuir certificação de pontuação global superior a 6 pontos e apresentar certificações das categorias de "Pureza" e "Qualidade". Todas as certificações do produto deverão ser apresentadas na fase de habilitação. As certificadoras serão aceitas após confirmação de sua emissão e validade e acompanhada de comprovação de que a certificadora é acreditada por órgãos reguladores nacionais como ANVISA, MAPA, INMETRO. ATENÇÃO - após a entrega, o produto deverá manter as condições de habilitação durante seu prazo de validade - amostras aleatórias do produto poderão ser submetidas à análise, a qualquer tempo, para confirmar seus parâmetros de qualidade contratados, que em caso de divergência deverão ser substituídos em até trinta dias. Atenção, devido às instabilidades de preços no mercado do café, a proposta do licitante deverá obrigatoriamente conter o indicador referencial de preços do dia da proposta com base no indicador diário do café arábica CEPEA/ESALQ. Embalagem primária a vácuo, 500g. Validade mínima na data da entrega de 06 meses.	PACOTE 500 G	R\$ 46,72	0	0	400	0	250	0	0	80	0	15	745	R\$ 34.806,40

MODELO DA CARTA PROPOSTA
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº _____/2026

*** utilizar papel timbrado, inserir dados bancários, colocar assinatura digital.**

Prezados Senhores,

Tendo examinado e aceito todos os termos do Edital e anexos referentes ao Pregão Eletrônico nº _____, apresento a presente proposta para o fornecimento e entrega dos itens indicados na planilha abaixo e declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do fornecimento, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguro, taxas, lucros, encargos fiscais ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Concordo em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias.

Até a assinatura do Contrato, esta proposta constituirá um compromisso de nossa parte, observadas as condições do Edital e seus anexos.

ITEM	Descrição	UNID	Modelo / Marca	Fabricante	QTD	Valor Unitário	Valor Total
Valor total da Proposta:							
Valor total por extenso:							

DADOS DA EMPRESA:		
Razão Social:		
CNPJ:		
Endereço:		
Cidade:	CEP	
Telefone:	Email:	
Banco	Agência:	Conta Corrente:
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL:		
Nome:		
Cargo/Função		

Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), este documento deve conter apenas dados corporativos (Pessoa Jurídica), sendo proibida a inclusão de dados pessoais ou sensíveis de pessoas físicas.

INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TEC. GOIANO

Estudo Técnico Preliminar 58/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 23221.000272.2026-58

2. Descrição da necessidade

A aquisição de Gêneros alimentícios é essencial para a produção e distribuição de refeições aos estudantes dos Campi do IF Goiano, e, conseqüentemente, atender as demandas de êxito, permanência e desempenho acadêmico dos mesmos, respeitando assim a política da Assistência Estudantil (AE) e as exigências de macro nutrientes da RESOLUÇÃO Nº 06, de 08 de MAIO de 2020, que Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Diante da necessidade, pode-se destacar que tal aquisição visa:

- minimizar o risco de insegurança alimentar e nutricional, assim como propiciar o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem e o rendimento escolar dos discentes do IF Goiano;
- reduzir a evasão escolar;
- atender às recomendações do Guia Alimentar da População Brasileira;
- promover a formação de hábitos alimentares saudáveis,
- ofertar refeições saudáveis e nutritivas;

É imprescindível, ainda, para o cumprimento dos objetivos institucionais deste Órgão do Ministério da Educação, visando a qualidade e a eficiência das atividades educacionais dos estudantes, manter o pleno funcionamento acadêmico e administrativo, dar suporte às tarefas e ações operacionais nas atividades desenvolvidas na produção de refeições, nas aulas práticas dos cursos da área de alimentos e na realização de eventos institucionais, como encontros acadêmicos, palestras, e outras atividades que integram a comunidade da Instituição, previstas no calendário anual.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
INSTITUTO FEDERAL GOIANO CAMPUS MORRINHOS	Paula Medeiros Costa

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os fornecedores selecionados deverão realizar a entrega dos gêneros alimentícios em estrita observância às descrições deste ETP, do Termo de Referência e demais anexos deste processo.

- **Forma de Fornecimento:** A aquisição dos itens ocorrerá de forma parcelada, conforme as necessidades da instituição, mediante demanda formalizada pelas áreas responsáveis dos campi participantes;

- **Procedimento de Entrega:** A aquisição se dará por meio da emissão de nota de empenho, mediante solicitação de cada um dos campi do IF Goiano. A entrega será realizada sob orientação e supervisão de servidor designado pela instituição e, quando necessário, com o acompanhamento da Unidade de Almoxarifado;
- **Padrões Sanitários:** A composição, características físico-químicas, embalagem, rotulagem e transporte dos alimentos devem, obrigatoriamente, seguir as determinações da ANVISA e as legislações vigentes, garantindo-se as plenas condições higiênico-sanitárias;
- **Conformidade Técnica:** Os itens devem atender integralmente às especificações mínimas constantes no Termo de Referência, às cláusulas contratuais e às disposições legais e regulamentares dos órgãos fiscalizadores;
- **Local e Horário de entrega:** A entrega do objeto será efetuada nos endereços constantes no Termo de Referência, em dias e horários de interesse da instituição, previamente pactuados; Todas as despesas relativas a envio, transporte, carga/descarga, embalagem, rotulagem, impostos e substituição de gêneros para a efetiva entrega correrão exclusivamente por conta do fornecedor.

Sustentabilidade

Em conformidade com o **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (7ª Edição, 2024)**, a fiscalização e o controle de riscos no setor de alimentos são coordenados pela Anvisa, responsável por estabelecer normas de qualidade e identidade.

- **Regularidade dos Produtos:** Os licitantes deverão, quando solicitado para julgamento da proposta, apresentar declaração ou documentação comprobatória (indicação de marca e registro) de que os produtos ofertados seguem as **Boas Práticas de Fabricação (BPF)**. Conforme a Resolução nº 27/2010 e a RDC nº 843/2024, as empresas detentoras de registro ou notificação de alimentos/embalagens devem estar cadastradas e atualizadas no sistema da Anvisa.
- **Produtos de Origem Animal (POA):** Itens como leites, manteigas, ovos e carnes deverão, obrigatoriamente, ter sido produzidos em estabelecimentos registrados junto à instância competente (**SIF, SIE ou SIM**), em observância à Lei nº 1.283/1950 e ao Decreto nº 9.013/2017 (RIISPOA). O número do registro deverá ser informado na proposta técnica para conferência em sistemas oficiais.
- **Logística Reversa:** Como critério de sustentabilidade ambiental, o fornecedor deverá recolher as embalagens secundárias (caixas de papelão e plásticos de fardo) no ato da entrega ou na entrega subsequente, garantindo a destinação ambientalmente adequada.
- **Conferência no Recebimento:** No ato da entrega, todos os produtos de origem animal deverão apresentar obrigatoriamente o **carimbo de inspeção oficial** visível na embalagem primária, sob pena de recusa imediata do lote por descumprimento de requisito de segurança alimentar.

Catálogo eletrônico de padronizações

A despeito da existência de itens como café e açúcar no Catálogo Eletrônico de Padronização da Administração Pública Federal, justifica-se a sua não utilização no presente certame em razão da alta complexidade e amplitude desta licitação, que compreende mais de 100 itens com especificações técnicas heterogêneas e requisitos nutricionais específicos definidos pela equipe técnica de Nutrição. A tentativa de fragmentar a demanda para adaptação aos modelos do Catálogo Nacional inviabilizaria a padronização institucional pretendida e comprometeria a celeridade processual, sendo tecnicamente mais vantajoso manter descritivos próprios que assegurem a integridade do objeto, a similaridade entre os itens dos grupos estabelecidos e a exequibilidade logística necessária para o pleno atendimento dos diversos campi do IF Goiano.

Garantia da Contratação

A Administração opta pela não exigência de garantia contratual, conforme a faculdade prevista no Art. 96 da Lei nº 14.133/2021, por considerar que o objeto da presente licitação consiste na entrega de bens de consumo imediato (gêneros alimentícios) e por se tratar de Sistema de Registro de Preços, onde o pagamento é realizado apenas após a entrega e o recebimento definitivo de cada lote, o que garante a proteção do erário sem a necessidade de onerar o fornecedor com custos de caução ou seguro-garantia, medida que favorece a ampla competitividade e evita o repasse desses custos acessórios aos preços unitários dos produtos.

Enquadramento

Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, de forma que seus padrões de qualidade podem ser definidos objetivamente por meio de especificações usuais de mercado (inciso XIII do art.6º da Lei nº 14.133/2021).

Indicação de Marcas

Houve utilização de marca como padrão de referência, porém em atendimento ao Art. 41, inciso I, alínea d da Lei 14.133/2021, não há intenção de restringir o caráter competitivo da licitação, somente para melhor compreensão do objeto e referência de qualidade.

Cotas reservadas ME/EPP

Considerando o valor estimado para os Grupos acima de R\$ 80.000,00 esta Administração opta pela NÃO aplicação da cota reservada de até 25% prevista no Art. 48, III da Lei Complementar nº 123/2006, valendo-se da exceção legal contida no Art. 49, inciso III do mesmo diploma legal.

A medida justifica-se formalmente haja vista que a segmentação do objeto em cotas distintas importará em manifesto prejuízo ao conjunto do objeto e à economia de escala. Tratando-se de gêneros alimentícios essenciais de alta flutuação de mercado (commodities), a manutenção do quantitativo unificado em lote único de Ampla Concorrência atrai grandes distribuidores e indústrias, garantindo propostas com preços substancialmente menores e maior segurança jurídica na execução contratual, mitigando riscos de desabastecimento.

Ademais, cumpre destacar que as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte não sofrem qualquer prejuízo com esta decisão, permanecendo integralmente autorizadas a participar da disputa em igualdade de condições na Ampla Concorrência, usufruindo ainda dos benefícios do direito de preferência pelo empate ficto no momento do julgamento (Art. 44 da LC 123/06).

Podem participar também dos grupos com valores até 80.000,00 e dos itens individuais que tiveram desdobramento como cota reservada, que são de participação exclusiva para ME/EPP.

Qualificação Técnica e Econômico-Financeira

As exigências de Qualificação Técnica e de Qualificação Econômico-Financeira, fundamentam-se nos artigos 67 e 69 da Lei nº 14.133, de 2021. Tais requisitos devem ser solicitados pois mostram-se imprescindíveis para garantir a segurança jurídica, a regularidade operacional e a mitigação de riscos de inadimplemento contratual, com base nos seguintes motivos de fato e de direito:

- **a) Proteção à Saúde Pública e Segurança Alimentar (Técnica):** O objeto envolve o fornecimento parcelado de gêneros alimentícios destinados à alimentação de estudantes e servidores nos *campi* do IF Goiano. Por se tratar de insumos de alta perecibilidade e vulnerabilidade a riscos biológicos, a Administração necessita de garantia mínima de que a empresa contratada possui experiência prévia no manejo, armazenamento e transporte adequado de alimentos, em estrita observância às normas da ANVISA.

- **b) Complexidade Logística e Distribuição Parcelada (Técnica):** O modelo de Registro de Preços exige estrutura operacional para atender a pedidos fracionados de forma tempestiva. O desabastecimento das cozinhas institucionais comprometeria diretamente o funcionamento das atividades de ensino e as políticas de assistência estudantil. O atestado de capacidade técnica comprova que a licitante já operou logísticas semelhantes com sucesso.
- **c) Necessidade de Capital de Giro e Garantia de Solvência (Financeira):** O mercado de gêneros alimentícios no atacado opera com margens de lucro estreitas e forte dependência de fluxo de caixa rápido. Como o modelo de execução é por entrega parcelada — em que o fornecedor deve adquirir, transportar e entregar os alimentos para somente depois ser faturado e pago —, a empresa precisa demonstrar saúde financeira mínima para arcar com os custos operacionais iniciais sem depender exclusivamente do pagamento imediato da Administração.
- **d) Mitigação do Risco frente à Volatilidade de Preços do Mercado de Alimentos (Financeira):** Commodities alimentícias (como carnes, óleos e grãos) sofrem constantes e abruptas oscilações de preço no mercado nacional. Empresas sem lastro financeiro ou com índices de liquidez deficitários tendem a quebrar ou abandonar o contrato ao menor sinal de inflação do setor, por incapacidade de absorver variações de custos até eventuais realinhamentos. A exigência de índices de liquidez (Geral e Corrente) iguais ou superiores a 1,0 (um) e de capital mínimo/patrimônio líquido atua como salvaguarda de que o fornecedor possui solidez para manter os preços registrados durante a vigência da Ata.
- **e) Proporcionalidade, Razoabilidade e Ampla Competitividade:** Em estrito respeito à jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) e ao princípio da competitividade, a Administração **não fixará exigências excessivas**. Os índices financeiros cobrados limitam-se ao estritamente necessário para comprovar a viabilidade comercial da empresa, permitindo a participação de microempresas e empresas de pequeno porte regionais que operem de forma regular e saudável.

Requisitos Gerais do fornecimento

O fornecedor deve possuir Alvará/Licença Sanitária vigente, expedido pela autoridade competente, comprovando que o estabelecimento atende às normas de higiene e armazenamento.

O fornecedor terá o prazo de 20 (vinte) dias após o recebimento da nota de empenho, para a entrega dos produtos requisitados pelos campi participantes do certame, conforme endereço constante no Termo de Referência.

A entrega deverá ocorrer em horários e dias previamente combinados com os servidores das Unidades responsáveis de cada Campi do IF Goiano.

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com, pelo menos, 03 (três) dias de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

No rótulo do produto deverá constar: conteúdo qualitativo e quantitativo; marca, procedência de fabricação, assim como o número do lote e data de fabricação; prazo de validade e demais dados que constem no Código de Defesa do Consumidor.

O prazo de validade do produto na data da entrega não poderá ser inferior a 2/3 (dois terços) do prazo total constante do rótulo do fabricante.

Os produtos serão recebidos provisoriamente, no ato da entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da aquisição, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta do fornecedor.

Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Todas as despesas de envio, transporte, carga, descarga e outras para efetiva entrega dos produtos, correrão por conta da licitante adjudicada.

Na ocorrência de rejeição do recebimento, a Contratada ficará obrigada a substituir os produtos ou acrescentar os produtos faltantes. No ato de entrega será observado, para os materiais que assim o exijam, o devido registro no órgão competente bem como adequação técnica, as normas estabelecidas pela ANVISA, no que couber.

Caso os produtos entregues não correspondam ao exigido no Termo de Referência e não apresentem as especificações técnicas exigidas, a licitante vencedora será notificada para adequação, sem prejuízo da incidência das sanções previstas na Lei 14.133/2021 e na legislação pertinente.

5. Levantamento de Mercado

Atualmente no mercado verifica-se a existência de empresas que comercializam os Gêneros Alimentícios pleiteados, fato que pode ampliar a competitividade e favorecer o atendimento das demandas da instituição de forma plena.

Foi verificado também junto à ferramenta de Pesquisa de Preços do sistema de compras do Governo Federal que há aquisições de Gêneros Alimentícios por Pregão Eletrônico.

Tais fontes foram utilizadas para compor a pesquisa de preços e definição do valor estimado da presente aquisição, conforme detalhamento na nota técnica de análise da Pesquisa de Preços, juntada aos autos do processo.

6. Descrição da solução como um todo

A aquisição se dará por Pregão eletrônico devido à característica e estimativa do valor da contratação.

Em análise da demanda, que engloba mais de uma unidade do Instituto Federal Goiano, constata-se o enquadramento da presente aquisição no Sistema de Registro de Preços (SRP), observando a hipótese do Art. 82º, parágrafo 6º, da lei 14.133 de 2021, que versa sobre a utilização do SRP quando for conveniente a aquisição de bens para atendimento a mais de um órgão ou entidade.

Observa-se ainda o princípio do parcelamento da compra, com fulcro na Lei nº 14.133 de 2021, em destaque ao Art. 40, sendo nesta aquisição tecnicamente viável e economicamente vantajoso, de forma que o julgamento será por item e por grupos.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O detalhamento de consumo anterior de cada participante, assim como a tabela com estimativa das quantidades a serem contratadas no presente certame, encontram-se em anexo a este ETP.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.045.202,79

A Estimativa do Valor da Contratação é de **R\$ 2.045.202,79 Dois milhões, quarenta e cinco mil, duzentos e dois reais e setenta e nove centavos.**

A Tabela de itens, acompanhada de preços unitários referenciais e das memórias de cálculo encontram-se em anexo a este ETP.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

De acordo com o descrito no art. 40 da lei 14.133/2021, o parcelamento da compra deve ser realizado quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

Nesse sentido, na presente contratação (aquisição de gêneros alimentícios), a adjudicação será realizada por item e por grupos, contendo as seguintes justificativas:

I. Justificativa para a Não Agregação (Itens Individuais: Cafés)

A decisão de não agrupar os itens de Café (Lotes Individuais) e separá-los por categorias (Superior e Tradicional) fundamenta-se nos seguintes pontos técnicos:

- **Especialização de Mercado:** O mercado de café é altamente especializado. Ao isolar o item, a Administração permite a participação direta de torradores e indústrias produtoras, eliminando intermediários e obtendo preços mais próximos aos de fábrica.
- **Complexidade Técnica e Qualidade:** O Café Superior possui requisitos de qualidade muito superiores ao Tradicional, exigindo certificados de pureza, laudos sensoriais e pontuação mínima (ABIC). Agrupá-lo com outros itens de mercearia obrigaria um distribuidor comum a buscar esse produto específico, encarecendo a proposta.
- **Mitigação de Riscos:** O café é uma commodity com alta volatilidade de preço. Manter o item isolado evita que eventuais oscilações bruscas no mercado do café desequilibrem financeiramente um grupo inteiro de alimentos, o que poderia levar à inexecução contratual ou pedidos de reequilíbrio de itens que não possuem relação direta com o grão.

II. Justificativa Técnica para o Agrupamento (Lotes em Grupos)

A estratégia de parcelamento em grupos foi definida com base na análise do canal de comercialização dos gêneros alimentícios, agrupando itens que guardam estreita similaridade entre si e que compartilham a mesma logística de distribuição.

- **Grupo 01 – Cereais, Grãos e Afins:** Agrupa a base alimentar da licitação, como arroz, feijão, farinhas, macarrão e fubá. É um grupo de produtos que atendem o mesmo padrão de refeição: almoço e jantar. O agrupamento é justificado porque esses produtos também compartilham o mesmo canal de distribuição

atacadista (*commodities* agrícolas e mercearia seca). A reunião em lote único atrai grandes distribuidores de grãos, garantindo **economia de escala** e reduzindo o risco de fracionamento em itens de baixo valor (como canjica)

- **Grupo 02 – Açúcares e Doces:** Reúne as diferentes tipologias de açúcar (cristal, demerara, mascavo, refinado) e doces em tablete (goiabada, bananada e paçoca). A justificativa baseia-se na **padronização logística**. Os fornecedores de açúcar refinado e de doces em tablete operam sob as mesmas redes de suprimentos de alimentos secos estocáveis, facilitando a entrega unificada e reduzindo o custo de frete.
- **Grupo 03 – Confeitaria e Padaria:** Envolve insumos técnicos para panificação, como fermentos, amido de trigo, essência de baunilha, achocolatado, farinha de trigo e coco ralado. É um grupo de alimentos que atendem o mesmo padrão de refeição, sendo lanches e desjejum. A aglutinação é necessária porque são itens complementares utilizados em conjunto na cadeia produtiva de panificação. Licitá-los juntos atrai fornecedores especializados em insumos industriais de cozinha, assegurando a **compatibilidade técnica** das marcas.
- **Grupo 04 – Temperos e Condimentos:** Concentra itens como alho em pasta, azeite, chimichurri, urucum, cúrcuma, vinagres e folhas de louro. Por serem produtos de baixo valor unitário e pesos reduzidos por embalagem, o agrupamento em lote único confere **atratividade comercial** ao bloco, evitando que itens específicos (como folha de louro de 15g) fiquem desertos devido ao custo logístico isolado.
- **Grupo 05 – Biscoitos e Bolachas:** Reúne biscoitos amanteigados, cream cracker, rosquinhas e tipo maisena. Esses itens possuem alta similaridade de fabricação e são distribuídos pelas mesmas indústrias e atacados de panificação. O lote único simplifica a **fiscalização de prazos de validade** e garante que o fornecedor entregue o mix completo para os lanches institucionais.
- **Grupo 06 – Bebidas:** Composto por sucos e concentrados líquidos de frutas (abacaxi, caju, goiaba, maracujá e uva). O agrupamento justifica-se pela **especificidade do mercado de bebidas**, cujas regras de envase, armazenamento e transporte (frascos e garrafas) diferem da mercearia seca tradicional, centralizando a responsabilidade logística em empresas do ramo.
- **Grupo 07 – Leites e Derivados:** Engloba creme de leite, manteiga, margarina, leite condensado e leites (pó, fluido e zero lactose). Trata-se de um setor altamente especializado e fiscalizado (com exigência de registro no **SIF/DIPOA**). O agrupamento garante que apenas fornecedores integrados à cadeia de frios e laticínios disputem o lote, mitigando riscos no transporte de perecíveis.
- **Grupo 08 – Produtos Naturais:** Agrupa itens como aveia, sementes de chia, linhaça e gergelim, além de chás e adoçantes. O mercado de produtos naturais e funcionais possui nicho de fornecedores próprios. Juntar esses itens atrai lojas e distribuidores focados em alimentação saudável, assegurando o cumprimento das exigências de pureza e grãos limpos.
- **Grupo 09 – Conservas:** Concentra alimentos enlatados ou em sachês herméticos, como atum, sardinha, azeitonas, champignon, ervilha, extrato de tomate, milho verde e palmito. Esses produtos possuem longo prazo de validade e embalagens metálicas/vidros que exigem cuidados idênticos de estocagem. O lote único otimiza a gestão de estoque e o recebimento de caixas pesadas no almoxarifado.

A adjudicação por grupos de itens encontra amparo legal no **art. 40 da Lei nº 14.133/2021**, reforçando ainda as seguintes vantagens para a administração:

- **Afinidade logística e mercadológica:** Os itens foram divididos por similaridade de cadeia de produção e distribuição dos atacadistas.
- **Garantia de economia de escala:** O agrupamento eleva o volume financeiro do lote, tornando o certame economicamente atraente para grandes distribuidoras regionais, que conseguem oferecer preços unitários menores.
- **Eficiência na gestão administrativa:** Centralizar os itens em 9 grupos evita a fragmentação excessiva do processo em dezenas de contratos individuais com fornecedores diferentes.
- **Redução de custos operacionais:** Otimiza o recebimento de mercadorias no almoxarifado, diminuindo a emissão de notas fiscais, conferências físicas repetitivas e custos de frete.

- **Combate ao desabastecimento (Itens Desertos):** Alimentos de menor valor unitário ou de baixa rotatividade comercial, se licitados isoladamente, correm o risco de fracassarem por falta de interesse comercial dos fornecedores.

A tabela de itens e agrupamentos encontra-se no anexo II deste ETP.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes da presente contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente aquisição encontra respaldo institucional conforme previsão no Planejamento Estratégico, Plano de Desenvolvimento Institucional e estudos de vantajosidade.

A contratação está prevista no Plano Anual de Contratações de 2025 da Instituição e encontra respaldo institucional conforme Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2024- 2028), estando alinhada com os princípios teórico-metodológicos do IF Goiano, no que tange à sustentabilidade e meio ambiente.

A comprovação dos PCAs dos *campi* participantes seguem juntados aos autos do processo licitatório.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Espera-se com a presente aquisição promover o crescimento e desenvolvimento biopsicossocial, aprendizagem e rendimento escolar dos discentes do IF Goiano, reduzir a evasão escolar, bem como garantir a segurança alimentar e nutricional através da formação de hábitos alimentares saudáveis, alcançando o objetivo do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e do Guia Alimentar da População Brasileira.

13. Providências a serem Adotadas

Buscar base no Planejamento Estratégico da instituição, conforme necessidades dispostas no item II deste estudo preliminar;

Buscar remanejamento de valores previstos no orçamento anual, juntamente com revisão da necessidade imediata dos itens demandados (Diretora de Administração);

Acompanhar o trâmite processual, observando os prazos mínimos para cada atividade (Equipe de Planejamento e Setor de Licitações)

Elaborar documentos claros e suficientes para o atingimento do objetivo da licitação (Equipe de Planejamento e Setor de Licitações);

Providenciar ampla divulgação da Licitação, observando as legislações vigentes (Equipe de Planejamento, Setor de Licitações);

Atentar para prazos, e meios legais para divulgação, operação, interposição de recursos e demais ocorrências possíveis (Equipe de Planejamento, Setor de Licitações e Pregoeiro Responsável)

Consulta prévia SICAF, CEIS, Idoneidade (Pregoeiro Responsável);

Diligência junto ao fornecedor para sanar irregularidades (Pregoeiro Responsável);

Nomeação e capacitação de Servidores responsável pelo recebimento da mercadoria (Direção geral e Equipe de Planejamento);

Suporte aos servidores que compõe a equipe de recebimento de mercadoria (Equipe de Planejamento).

14. Possíveis Impactos Ambientais

Foi devidamente consultado o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e a Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010, e as recomendações relativas à sustentabilidade encontram-se descritas no tópico 4: Descrição dos Requisitos da Contratação, destes Estudos Técnicos Preliminares.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Viável de acordo com os estudos realizados.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MIRIAN RODRIGUES SILVA VASCONCELOS

Membro da comissão de contratação

PAULA MEDEIROS COSTA

Membro da comissão de contratação

ANDRE LUIZ DOS SANTOS GONCALVES

Membro da comissão de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Tabela de itens e demanda por Campi - Gêneros alimentícios 2026 - Anexo I do ETP.pdf (178.78 KB)
- Anexo II - Agrupamento de Itens - Demanda GA 2026 - Anexo II ETP.pdf (209.81 KB)

INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TEC. GOIANO

Ata de Registro de Preços 12/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
12/2026	158124-INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TEC. GOIANO	MIRIAN RODRIGUES SILVA VASCONCELOS	15/06/2026 08:41 (v 0.5)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23221.000272.2026-58

1. DO OBJETO

Processo Administrativo nº 23221.000272.2026-58

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

O Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos, com sede na BR-153, Km 633, Zona Rural, CEP 75658-899, Morrinhos - GO, Brasil , inscrito no CNPJ nº 10.651.417/0003-30, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 20..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº publicado/...../202..... e homologado no dia/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de Gêneros Alimentícios, especificado(s) no(s) item(ns) XX do Termo de Referência, anexo XX do *edital de licitação* n.º xxxx/xxxx, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>

X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Morrinhos (UASG 158124).

3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

PARTICIPANTE	ENDEREÇO
INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS CERES	Rodovia GO-154, Km 03, s/nº, Caixa Postal 51, Ceres - GO, CEP: 76.300-000 - Brasil
INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS AVANÇADO DE CRISTALINA	Rua Araguaia, SN, Loteamento 71, Setor Oeste, Cristalina-GO, CEP: 73.850-000 - Brasil
INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS AVANÇADO DE HIDROLÂNDIA	Estrada São Braz, Km 04, Zona Rural Hidrolândia - GO CEP: 75.340-000 - Brasil
INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS IPORÁ	Av. Oeste, nº 350, Parque União, Iporá – GO, CEP 76200-000 - Brasil
INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS MORRINHOS	BR-153, Km 633, Zona Rural, CEP 75650-000, Morrinhos-GO - Brasil
INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS POSSE	GO-453, Km 2,5, Fazenda Vereda do Canto, Distrito Agroindustrial, CEP 73900-000, Posse-GO - Brasil
INSTITUTO FEDERAL GOIANO - REITORIA	Rua 88, nº 310, Setor Sul, Goiânia - GO - CEP 74085-010 - Brasil
INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS RIO VERDE	Rodovia Sul Goiana, Km 01, Zona Rural, CEP 75901-970, Rio Verde- GO, Brasil.
INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS TRINDADE	Av. Wilton Monteiro da Rocha, S/nº Setor Cristina II Trindade-GO CEP: 75.389-269 - Brasil
INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS URUTAÍ	Rodovia Geraldo Silva Nascimento, Km 2,5, Zona Rural, Urutaí-GO, CEP: 75.790-000 - Brasil

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- 4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. *consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.*

4.2. *A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.*

4.2.1. *O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.*

4.3. *Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.*

4.4. *O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.*

4.5. *O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.*

Dos limites para as adesões

4.6. *As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.*

4.7. *O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.*

4.8. *Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.*

4.9. *A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.*

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. *É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.*

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. *A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir[A1] do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.*

5.1.1. *Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.*

5.1.2. *O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.*

- 5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.2.1. *O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.*
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *edital* e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *edital* poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021[A1] ;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023[A2] .

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente[A1] após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital*.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

12. ANEXO

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CICERO JOSE DA SILVA

Autoridade competente